



O BRASIL E AS GUIANAS

Paulo Henrique da Rocha Correia

A primeira preocupação com as Guianas foi de D. João, futuro D. João VI, logo após a ocupação da Guiana Francesa (1809 — 17). Negociaria com as três metrópoles a formação de um reino neutro e sob a proteção da Coroa de Portugal, Brasil e Algarves, que defenderia a Amazônia de influências exógenas advindas do Amapari, Oiapoque e Essequibo. Como se sabe desde os bancos da escola primária, o Príncipe Regente mandara invadir a Guiana Francesa, em 1809, como represália à invasão de Portugal, por ordem de Napoleão, em 1808. Em decorrência do Tratado de Viena (1815), que pretendia sepultar os ideais da Revolução Francesa de 1789 e restaurar a amizade entre as principais Coroas da Europa, e,

com isso, ressurgir o absolutismo monárquico, D. João devolveu a colônia francesa nossa vizinha a Luiz XVIII. Arthur Reis em *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*¹ descreve os oito anos de ocupação. Aí aprendemos que Luiz XIV enviara cerca de sessenta mil emigrantes à Guiana Francesa com a idéia de lá formar uma grande colônia que, de futuro, deveria englobar as duas outras Guianas e nosso Amapá. As febres tropicais, sobretudo a maleita, dizimaram os emigrantes; o "Desastre de Nova Arcadia"² desestimulou os franceses para sempre, e deixou lição que só aos brasileiros beneficia. A lição é: pelas circunstâncias de um litoral baixo e alagadiço (sobretudo em decorrência das altas marés da região), as Guia-

nas devem ser povoadas por um apoio vindo do sistema orográfico Parimá-Paracaima-Tumucumaque, isto é, do Brasil. Como enfatizamos em nossos livros³, isto explica o fracasso de ingleses, holandeses e franceses, detentores de tão grande poder naval nas Idades Moderna e Contemporânea, de tantos recursos financeiros e técnicos, em relação aos portugueses, na ecologia da Hylea. É que os luso-brasileiros adentraram-se pelo Rio Amazonas, cujos fechos (Fortes de Macapá e do Presépio) possuíam, livrando-se dos litorais impróprios da região guianense. Aliás, os portugueses já haviam usado a estratégia no Piauí: impossibilitados de conquistar a região pela via marítima, dados os ventos e correntes adversos, fizeram-no por terra, através do criatório extensivo, a economia do boi. Assim, pelas razões da Geopolítica, as Guianas só tomarão um grande impulso econômico e demográfico através de um influxo povoador que promane do Brasil. As terras altas dos contrafortes do Sistema Guiano serão a base lógica da fixação de uma economia de radicação vigorosa, a iniciar-se pelo criatório e a continuar-se pela agricultura tropical e um planejado extrativismo, seja mineral, seja florestal.

Os franceses, com seu decantado pendor cultural, mantinham na Guiana os "viveiros", ou sejam pequenos hortos de aclimação de plantas úteis ou ornamentais,

provindas das suas longínquas colônias. Daí, trouxe, em começos do século XVIII, Mello Palheta, com habilidade de diplomata, o café, base de nossa grandeza agrícola. De lá vieram, também, o abacateiro, a palmeira imperial e muitas outras plantas, durante a ocupação, nos começos do século XIX. Entre estas, a famosa cana caiana (corruptela de Caiena). Com menos casca e mais suco do que a cana-de-Cabo-Verde, trazida pelos portugueses, e responsável, durante dois e meio séculos, pela nossa produção de açúcar e aguardente⁴, a variedade vinda da Guiana rapidamente substituiu a anterior.

A segunda vez que se escreveu sobre a união das Guianas ao Brasil, ou pelos menos da Francesa, foi no Governo Deodoro, através do Ministro do Exterior, Justo Chermont que, inspirado nas palavras de Monroe, chegou a dizer que a Guiana poderia vir a pertencer ao Brasil (para acerto de fronteiras e tranquilidade nacional), pois dava ao nosso País, no norte, o limite ideal⁵.

A terceira vez deve-se ao grande escritor da nossa História Militar, o emérito Gustavo Barroso, que pertenceu à Academia Brasileira de Letras e foi diretor, por muitos anos, do Museu Histórico Nacional. Está no seu livro *O Brasil em face do Prata*⁶, no capítulo "Bandeiras Européias na América". Reclamava a não aplicação da Doutrina de Monroe em relação à

América do Sul, especialmente no caso das três colônias nossas vizinhas.

A quarta referência ao problema guiano é o *Manifesto dos Universitários de Belém* de 1940. Infelizmente não mencionamos esse importante documento em nossos trabalhos. É que só viemos a conhecê-lo em 1982, por gentileza do Dr. Clovis Meira, catedrático da Universidade Federal do Pará e um dos subscritores do *Manifesto*⁷.

Este estampa a preocupação dos universitários de Belém pelo destino das colônias européias nossas limítrofes, nos começos da II Grande Guerra, quando a França e a Holanda caíram sob o nazismo. Temiam os acadêmicos que os Estados Unidos ocupassem as Guianas, com todos os incômodos de um Alaska ou de um Porto Rico nosso vizinho, isto é, uma desaconselhável presença norte-americana na Amazônia. Daí a alternativa dos estudantes: ou independência para as Guianas ou sua anexação ao Brasil.

A quinta menção supomos ser a de Atílio Vivacqua: "As Guianas completam, natural e necessariamente, a configuração geográfica, econômica e estratégica do setentrão brasileiro." A afirmação está no livro *A nova política do subsolo e o regime legal das Minas*⁸, de autoria do senador capixaba a quem o Presidente Getúlio Vargas confiara a elaboração do famoso *Código das Minas*.

A sexta deve-se a Mario Travassos, em edição de 1947 da sua *Projeção Continental do Brasil*, inquestionavelmente a bíblia da nossa Geopolítica, editada pela Biblioteca do Exército. Lá diz o insigne militar: "Seria recomendável a intensificação do comércio legal, bem como a construção de estradas que nos ligassem àquelas colônias européias." A preocupação pelo contrabando, alertado por esse autor, motivou o Capítulo 9 do nosso *O Brasil e as Guianas* uma relação de setenta notícias, de periódicos nacionais, informando sobre o contrabando de cacau, café e ouro no sentido Brasil-Guianas e de carros de luxo e bebidas finas, no sentido Guianas-Brasil. Das quatorze páginas de nosso estudo foi feito um relato que o Subchefe da Casa Civil do Governo Jânio Quadros, jornalista J. Pereira⁹, encaminhou ao Presidente, resultando "medidas rápidas e eficazes"¹⁰ tomadas pelo Chefe do Executivo Nacional.

A sétima, talvez o mais direto e alto apelo, vem do Brigadeiro Lysias Rodrigues, sempre na memória de todos nós pelos feitos que tanto engrandeceram essa vida imortal¹¹. Em sua brilhante *Geopolítica do Brasil*, editada pela Biblioteca do Exército, em 1947, o autor analisa o papel das Guianas na defesa da Amazônia, assim concluindo: "Para a França seria bom passar-nos a administração da sua Guiana, financeiramente

te deficitária. E, para nós, alta vantagem, pois forçaria a defesa do braço do norte do Rio Amazonas, o nosso calcanhar de Aquiles”.

A oitava nos parece dever-se a Osório Nunes em sua *Introdução ao Estudo da Amazônia* (Biblioteca do Exército Editora, 1950), onde diz: “Acordo entre o Brasil e a Venezuela poderia solucionar a questão das Guianas, verdadeiras feitorias que, sob o regime colonial em que se encontram, jamais atingirão a consciência de uma nacionalidade.” (pág. 29)

A nona seria de Meira Mattos, àquele tempo Capitão, em *Correio Paulistano* de 18.10.53, sob o título “A Guiana Inglesa”. Menciona questões raciais na antiga colônia britânica e demora-se, mais, no perigo que poderia representar o líder esquerdista Chedi Jagan nas nossas fronteiras.

Quanto a nós, exercitamos o tema em 1948 nos periódicos *Jornal de Debates*, do Rio; *Jornal de São Paulo* e *O Anápolis*, este, de Goiás. Os três artigos foram reunidos no capítulo “Sugestões para o caso das Guianas”, do livro *Exposição e Crítica*¹². Quatro anos depois, demos à *A Gazeta*, de São Paulo, entrevista, através do saudoso jornalista Judas Esgorogota, extensa e detalhada, sobre o problema guianês. Como já assinalamos em nota, o assunto foi por nós abordado em três livros e em série divulgada pela *Revista do Clube Militar* (Rio). A 12 de junho de 1957 o Deputado

Loureiro Junior, de São Paulo, leu na Câmara Federal artigo nosso no *Jornal do Comércio*, do Rio, e obteve o apoio de onze outros deputados para moção de aplauso, constante da Secção I do *Diário do Congresso Nacional* de 13.6.57, páginas 3768 e 3769. Em 1973, como encarregado no Congresso Nacional, em Brasília, consideramos, no capítulo “O Colonialismo Limítrofe”, de novo, o assunto.

Tal histórico pretende demonstrar que a abordagem do tema *O Brasil e as Guianas* não é nossa obra, nem do ex-Presidente Jânio Quadros. A mordacidade de certos jornalistas despreparados, que ora nos chamam de imperialistas e ora caluniam o ex-Presidente Quadros, dizendo que ele pretendia uma intervenção armada nas ex-colônias vizinhas, responderemos, sempre, com cartas e opiniões de insígnies militares e parlamentares que nos estimularam com suas altas críticas. Desses documentos, dois merecem especial atenção. Cronologicamente, o primeiro é uma comunicação da 5ª Secção do EME, assinada pelo então Coronel Augusto Frederico Rondon¹³, louvando um nosso escrito. Outro telegrama¹⁴ do então Presidente Jânio Quadros, de uma clareza meridiana, a afastar irretorquivelmente qualquer propósito de violência em relação às ex-colônias européias vizinhas. A exploração política de adversários nada nobres devese, portanto, tributar a falsa im-

pressão, aliás bastante difundida. Como seguidores do saudoso Marechal Henrique Lott, sentimos-nos à vontade para justiça que se impõe em relação ao Presidente Jânio. Espírito lúcido, digno do mais alto cargo de Governo do Brasil, que ocupou com brilho e probidade, nós, como cidadãos que jamais pertencemos aos seus quadros políticos, aqui trazemos o testemunho da grandeza com que S. Exa. abordou a questão das Guianas: visando a proteger a soberania e a segurança nacionais, e dando golpe certo no contrabando que lesava nosso erário.

CONCLUSÕES

Praticamente extinto o colonialismo limítrofe, quer pela independência de duas das Guianas, quer pelas ótimas relações França-Brasil (que culminarão com o lançamento do satélite brasileiro a partir de Kourou, na Guiana Francesa), o que nos cabe fazer agora?

— Em nossa opinião, várias ações de aproximação com esses vizinhos equatoriais e mesclados como nós, do trópico úmido, como a Amazônia brasileira. Só assim cuidaremos das justas preocupações de estadistas que, de D. João VI ao Presidente Figueiredo (recentemente S. Exa., através da Missão Venturini, socorreu o Surinã, em momento difícil, com apoio financeiro, solidariedade moral e colaboração ampla), passando pelo Presi-

dente Jânio, se preocuparam com tão conseqüente problema, qual seja a amizade guianense-brasileira.

Eis algumas medidas que poderíamos tomar:

I — *unilaterais*, isto é, sem dependência de acordo com os vizinhos e objetivando, principalmente, a exploração econômica da nossa Amazônia ao norte do grande rio, a região de maior rarefação e, por isso mesmo, a mais vulnerável:

1) — Prosseguimento da Rodovia Perimetral Norte, pelo menos o trecho Macapá — Boa Vista;

2) — Pavimentação da rodovia Manaus — Boa Vista;

3) — Criação do Território Federal de Trombetas;

4) — Extensões das Universidades Federal do Pará e Federal do Amazonas em Macapá e Boa Vista, respectivamente, iniciando-se com os cursos de Agronomia, Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal;

5) — Criação de mais Batalhões de Engenharia e Construção, sobretudo em apoio ao sistema pioneiro, nas regiões de fronteira;

6) — Criação do V Exército, ou Exército da Amazônia, com sede em Manaus.

II — *Medidas que demandariam acordos bilaterais*, entre nós e cada uma das Guianas:

1) — Incremento ao comércio, a começar com a instalação de agências do Banco do Brasil em Georgetown, Paramaribo e Caiena;

2) — Construção da Rodovia

Boa Vista-Georgetown, num traçado tal que evitasse a região contestada pela Venezuela, o que é simples e sensato;

3) — Uso do Porto de Georgetown, dando-se como recíproca, à República da Guiana, o uso do Porto de Manaus;

4) — Extensão da Rodovia Macapá-Oiapoque até Caiena;

5) — Intercâmbio científico, já que o Brasil detém apreciável tecnologia em agricultura, construção de rodovias e instalação de usinas hidroelétricas em região fisiográfica idêntica à das Guianas;

6) — Intercâmbio cultural, sobretudo acordos que tornassem o português o segundo idioma da República da Guiana, da República do Surinã e da Guiana Francesa, após as línguas oficiais dessas regiões.

NOTAS

- 1) Há uma edição, de 1947, do Ministério da Educação e, parece-nos, outra, posterior, da Biblioteca do Exército.
- 2) Nome que teria a Colônia, entre o Amapari (ou, mesmo, o Amazonas) e o Essequibo (ou, mesmo, o Orenoco).
- 3) *O Brasil e as Guianas* (1965), *Rumos do Brasil* (1965), *Noções de Geopolítica do Brasil* (1973), além de uma série publicada na *Revista do Clube Militar* (Rio), entre 1958/9.
- 4) Os nordestinos defendem a palavra "cachaça" para exprimir a aguardente de cana, cujo suco era fermentado em grandes caixas de madeira. Nós, do sul, defendemos a expressão "pinga", decorrente do fato de a aguardente (àquela época) pingar lentamente do alambique. Isso não importa; o lamentável é chamar-se de pinga ou cachaça ao destilado de melão.

o que é um rum, pois que a pinga ou cachaça decorre, necessariamente, da destilação da garapa (ou caldo de cana) fermentada, jamais do melão diluído e fermentado.

- 5) Hélio Silva, *História da República Brasileira*, Vol. I (1889-94), pág. 94.
- 6) Há uma edição dessa obra de 1952 (Biblioteca do Exército Editora), mas o capítulo mencionado de 1928 foi publicado em *A Gazeta*, de S. Paulo e, posteriormente, enfeitado no livro em questão.
- 7) O Manifesto foi subscrito, mais, pelos estudantes de Direito e de Medicina, o que explica a assinatura do Prof. Clovis Meira (médico) e do Prof. Sílvio Meira (advogado) e de lá não constar o saudoso Augusto Meira Filho (engenheiro), autor da biografia de Pedro Teixeira, todos irmãos, e da ilustre família dos Meiras, do Pará.
- 8) Editora Continental, Rio, 1942.
- 9) A propósito, veja-se o livro *Renúncia, gesto de um patriota*, do ex-membro do Gabinete do Governo Jânio, jornalista J. Pereira.
- 10) A expressão é do General Henrique Guilherme Müller, do CSG da ESG, da direção da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, à época, encarregado da Rodovia Belém-Brasília. Veja-se o *Jornal da Cidade*, de Capivari — SP, de 19/VI-83.
- 11) Além de ser um dos pioneiros das rotas aéreas no Centro Oeste e Amazônia, o citado é autor de uma das obras mais completas e concludentes, escritas sobre as invasões holandesas no Brasil: *A Formação da Nacionalidade* (Biblioteca do Exército Editora). Nela o autor demonstra que o célebre *Reforço Paulista*, levado por Raposo Tavares, teve mais o valor de solidariedade e de abertura de um caminho terrestre entre o Sul e o Nordeste, à época só ligadas pela via marítima. Melhor seria, para o destino de grandeza da Pátria Brasileira, a permanência dessa expedição, avaliada em cerca de 5 mil mamelucos e índios flexeiros, no extremo sul do Brasil. Aí, por certo, a tropa adestrada para a guerra de mata e de campos e não para as zonas canavieiras do Nordeste, sob o comando de tão hábil chefe, teria dado ao Brasil suas fronteiras naturais ao sul, isto é, a linha Prata — Paraná — Paraguai.

- 12) Empresa Gráfica Editorial Paulista, Limeira — SP, 1954.
- 13) Esse insigne brasileiro, de tão ilustre família, felizmente vivo, entre outros méritos tem o de haver sido, por muitos anos, o coordenador de uma temporada de Estudos sobre a Amazônia, levados a efeito no Clube de Engenharia do Rio. A manifestação do Cel Rondon foi decorrente de carta que a ele dirigimos, acompanhada de um recorte de *A Folha de S. Paulo*, contendo escrito nosso sobre o problema das Guianas.
- 14) Datado de Brasília a 17-IV-61, o telegrama oficial diz: "Seus pontos de vista em

relação as Guianas correspondem meus pt Espero num futuro próximo enfrentar esse problema já tendo tomado primeiras providências pt J. Quadros — Presidente da República." (Telegrama nº 188.802, dirigido a Paulo H. Rocha Corrêa, Rua Aracaju 179, Catanduva — SP.).

Ora, nossos pontos de vista, como se comprova de inúmeros escritos, jamais abrigaram a idéia de violência, mas da negociação diplomática, do intercâmbio cultural e comercial. Quanto ao combate ao contrabando, isso sim, precisávamos de medidas fortes e foram essas que o Presidente Jânio tomou, com louvável e completo êxito.

O autor pertence ao Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos; tem o Curso Superior de Guerra; ESG; foi professor do Curso de Liderança Política, ministrado pela Câmara Federal, em 1973; é filiado à Sociedade Brasileira de Geografia (Rio) e ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e, em 1965, publicou um livro com o título O Brasil e as Guianas, no qual, em grande parte, fundamenta este trabalho.